

Arquivo de áudio

[versao p_legenda vox 19.mp3](#)

Apresentador

Olá, eu sou Alex Lanza, está começando mais um episódio do Vox, o podcast do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

No programa de hoje, nós vamos conversar sobre o projeto *Meio Ambiente Acolhe*, que é uma parceria realizada entre o Ministério Público e a Pastoral do Povo da Rua. Nosso convidado é o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, o Caoma. Seja muito bem-vindo e obrigado por aceitar o nosso convite.

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Eu que agradeço.

Apresentador

Você poderia explicar um pouco mais sobre o projeto *Meio Ambiente Acolhe*?

O Projeto *Meio Ambiente Acolhe – cuidar é a nossa natureza* nasce de uma necessidade real do Ministério Público. Cuidar está na essência do Ministério Público. Em todas as áreas o Ministério Público cuida: do patrimônio público, da infância e da adolescência, dos deficientes físicos, do patrimônio cultural e também do meio ambiente. Em razão da necessidade das pessoas vulneráveis, do meio ambiente e das mudanças climáticas, o Caoma desenvolveu esse projeto, voltado à proteção dessas pessoas em situação de rua.

Apresentador

Existe algum alinhamento desse projeto com os objetivos de desenvolvimento sustentável estipulados pela ONU em relação aos países que compõem a Organização das Nações Unidas?

Existe, porque as mudanças climáticas são uma pauta da Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo de redução de emissão de poluentes de todos os países vai nesse sentido. Nós já vivenciamos hoje as consequências dessa alteração climática. Nós temos mais eventos severos, o frio é mais intenso, o calor é mais intenso, nós temos chuvas torrenciais em locais que antes não aconteciam. A gente vivencia isso hoje na prática. O Brasil não é alheio a esses impactos das mudanças climáticas. Em razão disso, nós imaginamos que essa população em situação de rua são cidadãos em situação de maior vulnerabilidade a esses impactos climáticos, sobretudo na época do frio intenso. Nós vivenciamos situações gravíssimas em Belo Horizonte, na região metropolitana, em todos os municípios brasileiros, de essa população passar noites intensas e até morrer em razão de frio intenso.

Apresentador

Já um pouco sobre essa questão, como os cuidados com as pessoas mais vulneráveis têm reflexos no meio ambiente? Como isso acontece na prática?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Cuidar do meio ambiente e da defesa do meio ambiente pressupõe a defesa da vida, a vida das pessoas. Nós, na área de meio ambiente, aqui em Minas Gerais, atuamos nas mais diversas áreas, no combate ao desmatamento, no controle das atividades industriais, na segurança de barragens. Mas defender o meio ambiente é defender a vida e, sobretudo, a vida dos mais vulneráveis.

Então, em razão dessa atuação e da similitude dos refugiados ambientais com a população em situação de rua, surgiu essa ideia e essa parceria com a Pastoral Nacional do Povo da Rua.

Vimos uma necessidade muito grande, depois da pandemia e com o número crescente dessas pessoas em situação de rua, de o Ministério Público planejar algo efetivo e poder contribuir na tutela dessas pessoas.

Nós que não vivemos na rua muitas vezes lembramos dessas pessoas quando o frio está intenso, e você passa a imaginar: “Nossa, como a pessoa está vivendo na rua?” Então, é preciso esse olhar institucional, e nós conseguimos construir uma atuação em conjunto. A Cimos contribuiu, o Centro de Apoio de Direitos Humanos contribuiu. Então, é uma atuação institucional voltada a contribuir com essa política pública dessa população em situação de rua, que é uma população muito vulnerável às mudanças climáticas.

Apresentador

A gente falou dos vulneráveis e das consequências para o meio ambiente quando essas pessoas não recebem os devidos cuidados, mas o inverso também acontece. Quando você não cuida do meio ambiente, parece uma coisa meio óbvia, mas além dos vulneráveis, todos sofrem com o descuido com o meio ambiente.

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Exatamente. Como eu disse, o meio ambiente ecologicamente equilibrado, para garantir a qualidade de vida, é pressuposto de toda a atuação do Ministério Público. Nós atuamos hoje para garantir a vida das pessoas. O meio ambiente é cuidar da água, cuidar das florestas, é também cuidar das nossas populações que circundam grandes empreendimentos. Nosso estado foi abalado por duas tragédias que têm como epicentro a questão ambiental, a utilização de recursos naturais. E nós sentimos na pele os desdobramentos dessas tragédias e a necessidade de atuarmos de maneira preventiva.

Apresentador

Quando se pensou nesse projeto, por que foi determinado começar com as pessoas vulneráveis, sobretudo as pessoas em situação de rua?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Porque nós começamos a estudar essa situação e percebemos que nenhum cidadão quer estar na rua. Foi uma opção, muitas vezes, levada por vários fatores. Então pensamos em uma forma de conseguir integrar a atuação ambiental e também contribuir no resgate dessas pessoas. E assim surgiu essa ideia, em vários eixos. O primeiro já totalmente executado, que foi algo imediato para o enfrentamento do inverno de 2022.

Então, nós conseguimos de maneira inédita a doação de 2 mil kits para as pessoas em situação de rua. Foi muito gratificante perceber o quanto isso teve relevância para que eles pudessem passar pelo frio intenso deste ano, e isso garantiu que não tivéssemos óbito, mesmo em uma situação de extrema vulnerabilidade, de algo muito difícil de ser enfrentado. Nós conseguimos, de alguma maneira, minimizar esses efeitos com um kit de higiene e de frio muito estruturado contendo vários itens que foi distribuído pela pastoral de uma maneira inédita, e isso já contribuiu.

Quando estávamos organizando a corrida *Meio Ambiente Acolhe*, que foi a última atividade na nossa semana do Ministério Público.

Apresentador

Só para situar quem está nos acompanhando, o Ministério Público realizou uma corrida no dia 18 de setembro. Foram 1.200 inscritos, mais de 600 participantes e foi uma corrida de cunho solidário.

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Exatamente. E encerrou as nossas comemorações da *Semana do MP* deste ano. E a corrida foi pensada inicialmente com a natureza beneficente, mas, sobretudo, como uma maneira de chamar a atenção do cidadão da classe média, do cidadão que tem condições, para também entrar nesse projeto e poder contribuir de uma maneira decisiva para que cada vez mais possamos resgatar essas pessoas que vivem em situação de rua.

E foi muito interessante, como eu estava dizendo. Quando a gente imaginou qual seria o valor da inscrição, a gente falou: "Vamos transformar isso em produto que essas pessoas possam utilizar". E em uma reunião estratégica, todo mundo começou a pensar em macarrão, leite em pó. Cada um teve uma ideia, mas não chegamos a uma conclusão e tivemos a ideia de no dia seguinte ir até a pastoral e ouvi-los.

E eu fui a uma reunião no outro dia na pastoral, e durante a reunião, falei da nossa corrida e disse para eles que estávamos pensando em macarrão etc. Foi unânime e uma surpresa para nós. Eles todos disseram: "Doutor, o que a gente mais precisa é de água potável".

E aquilo mexeu demais comigo, porque também mostrou o quanto alheio a gente é à situação dessas pessoas. Eles não têm acesso sequer à água potável, que é um item de primeira necessidade. E trouxe também a relação com a atuação ambiental. Nós atuamos muito na proteção dos recursos hídricos, lutamos por água, defendemos a água como um bem essencial para a sociedade, e essa população não tem acesso.

Aconteceu algo muito interessante, porque durante a pandemia as praças foram fechadas, e por consequência, foram fechados postos de acesso universal à água. Nós já entramos em

contato com a concessionária e também serão abertos esses postos. Então transformamos a corrida em algo muito simbólico, no sentido de proteção das águas, de a arrecadação ser direcionada à obtenção de água potável para essa população.

E, com isso, nós conseguimos realizar uma grande corrida de conscientização e também de arrecadação. Houve um movimento muito interessante das empresas.

Nós, pelas inscrições, arrecadaríamos 12 mil fardos, ou seja, aproximadamente 24 mil garrafinhas de 500 ml, o que facilita para o cidadão em situação de rua beber. E nós começamos fazer contato com as empresas que a gente tem relação de Termos de Ajustamento de Conduta, de conversa.

E a aceitação foi muito grande. Então nós tivemos uma grande surpresa, porque pensávamos arrecadar 1.200 fardos, mas no final nós arrecadamos mais de 6.000 fardos, cerca de 65 mil garrafinhas de 500 mililitros, ou mais de 35 mil litros de água potável, que já foram entregues para a pastoral e que serão distribuídos gradativamente para essa população, como forma de minimizar esse impacto tão grave.

Então, tem mais uma relação do meio ambiente com a população em situação de rua. Nós cuidamos da água, mas a água não chega até o cidadão.

E isso nos chamou muita atenção, por isso essa grata surpresa com os resultados da corrida, que foi a primeira feita pelo Ministério Público estadual e que já tem um compromisso nosso de no próximo ano também realizar algo ainda maior, como forma de aproximação do Ministério Público com a sociedade, como forma de prestação de contas do que a gente faz para a sociedade e como forma também de humanização da nossa atuação atenta a essas questões sociais tão graves, como a população em situação de rua.

Apresentador

Você está acompanhando o Vox, o podcast do Ministério Público de Minas Gerais. O assunto deste episódio é o projeto Meio Ambiente Acolhe.

Estamos de volta com o nosso bate-papo sobre o projeto *Meio Ambiente Acolhe*. Estamos recebendo hoje o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, que é coordenador do Caoma, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente do Ministério do Público de Minas Gerais.

Na prática, promotor, além disso que você já falou da corrida, dos kits que foram entregues, da água que foi arrecadada através desse projeto, o que mais o *Meio Ambiente Acolhe* tem feito e irá fazer ainda em relação à população em situação de rua?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

O projeto nasceu com uma concepção e hoje já superou muito a concepção inicial. Nós pensamos inicialmente em três fases. Agora ele já tem cinco fases. E com certeza será um projeto estrutural, institucional do Ministério Público por muitos anos. Porque o Ministério Público, voltado a essas questões, cada vez mais consegue se aproximar da sociedade. Então

é muito importante institucionalmente esse tipo de projeto, sobretudo o socioambiental, que faz essa conexão entre meio ambiente e proteção da sociedade.

A primeira fase já foi executada. A segunda fase, a da corrida, já foi também executada. Agora nós iniciamos mais duas fases, a terceira e a quarta fase. A terceira é um projeto pioneiro que existe em nível mundial, que se chama *Moradia Primeiro*. É uma mudança na tutela dessas pessoas e passa da concepção de que o mais importante para resgatar esse cidadão em situação de rua é que ele tenha acesso à moradia.

Então nós iremos custear, por meio de medidas compensatórias ambientais, a concepção do aluguel solidário para 100 pessoas. Ele já foi contemplado em Termo de Ajustamento de Conduta e está em fase de execução, que deve se iniciar nos próximos 20 dias. Então nós teremos 100 pessoas em situação de rua atendidas por essa moradia solidária, de forma a iniciar esse resgate da vida, da dignidade dessas pessoas.

A concepção do *Moradia Primeiro*, que é esse projeto que nasce mundialmente e que em Minas nós vamos ter a primeira atuação do Ministério Público concreta, voltada à implantação no Brasil, parte da inversão dessa tutela às pessoas em situação de rua.

Antes se partia de uma condição mais assistencialista, tentando fazer atendimento psiquiátrico, tentando garantir emprego, tentando de alguma maneira tutelar, de forma assistencial, essa pessoa para depois, num outro momento, se buscar a moradia.

Os estudos recentes mostraram que o melhor caminho passa pelo primeiro degrau de acesso à moradia.

Com isso, ele passa a ser integrado, passa a ter sua dignidade resgatada e, com isso, ele passa a ter acesso a outros benefícios que o projeto pode trazer, como capacitação, como auxílio à retirada do consumo de drogas.

Então, são situações, e o projeto, em nenhum momento, quer ser protagonista ou pensa em solucionar esse grave problema social. É mais um projeto que contribui com outras atuações, quer seja do município, do estado ou da União, no sentido de alinharmos um movimento que possa, de forma compartilhada, atender a essas necessidades dessa população tão vulnerável e necessitada de auxílio.

Apresentador

Existe uma definição em relação a essas 100 pessoas que serão beneficiadas, em relação às moradias, já tem também alguma perspectiva?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Já, o projeto já está em fase final. Ele se inicia nos próximos 20 dias e será um comitê formado pela Pastoral Nacional do Povo da Rua e por universidades para seleção dessas pessoas, passando pelos casos mais complexos. É um caminho longo, difícil, mas o Ministério Público vai estar junto da sociedade buscando resgatar esse cidadão.

Nós temos também uma outra fase já em execução, que é o auxílio aos catadores de materiais recicláveis, que também fazem parte da população em situação de rua. E hoje a fase final seria o Canto da Rua.

Isso é muito interessante e foi motivo de grande sensibilidade nossa ao receber da pastoral a informação de que, durante a pandemia, esse período tão trágico da história da humanidade, a sociedade se fechou, o comércio fechou, o acesso aos locais foram fechados, e quem tinha condição se recolhia dentro do seu lar, da sua casa. E essa população foi fechada do lado de fora.

Então eram eles que buscavam o alimento, o acesso à higiene em alguns locais, que foram fechados também); essas pessoas foram fechadas do lado de fora; como se a pandemia fizesse com que fechássemos nossa casa, mas deixássemos as pessoas do lado de fora. Então eles foram atingidos de uma maneira muito gravosa, e houve um movimento de ocupação da Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte, nesse período, e ali se iniciou o Canto da Rua, um projeto da pastoral que passou a cuidar dessas pessoas durante o dia.

Foi muito interessante esse movimento social e nos estimulou a pensar no Canto da Rua definitivo.

Então, a Secretaria de Estado de Defesa Social doou o terreno para a pastoral, no bairro Santa Teresa. Já existe esse terreno.

O projeto de construção que envolve a Associação Arquitetos Sem Fronteiras também já está em execução, e nós conseguiremos que o Ministério Público colabore também na construção desse espaço, que será um grande espaço para tutela e acolhimento dessas pessoas em situação de rua.

O projeto nasceu pensando em algo até menor do que a gente hoje trabalha, e temos a grata satisfação de ele ser um projeto que já assumiu resultados extraordinários e que veio para se tornar uma ação institucional de muitos anos, realmente como forma de aproximação e de resgate, por parte do Ministério Público, dessa população em situação tão vulnerável, como as pessoas em situação de rua.

Apresentador

Já se falou em participação de empresas, do Ministério Público com a Pastoral Nacional do Povo da Rua, do estado também, de alguma forma, contribuindo com o projeto. O cidadão também pode participar?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Todos nós podemos participar. E muitos promotores participaram como cidadãos, não como promotores, muitos servidores do Ministério Público participaram como cidadãos, e não como servidores.

E eu acho que essa foi uma situação muito interessante. O projeto dá visibilidade a pessoas que são invisíveis para a gente. Muitas vezes a gente não percebe essas pessoas, porque estão ali quietas, estão vivendo da maneira que é possível naquele momento.

Então foi muito interessante isso de dar visibilidade a essas pessoas. Quando a gente pensou no nome do projeto, relacionando o acolhimento a essas pessoas, ao meio ambiente, essa tutela da água, essa questão de mudanças climáticas, nós pensamos também que cuidar é da nossa natureza e da natureza do Ministério Público. Como eu disse, o que o Ministério Público faz na verdade é cuidar, cuidar da sociedade, cuidar das pessoas, cuidar do meio ambiente, cuidar da vida.

Então, faz todo o sentido que isso se torne uma ação institucional por muitos anos, independente das áreas. Colegas de outras áreas já viram oportunidades para também integrar.

Como eu disse, não há protagonismo nessa atuação, ela é uma ação institucional que pode somar cada vez mais, quer seja por meio de empresas do setor privado, terceiro setor ou cidadão. Eu acho que é muito importante. O cidadão pode se conscientizar, pode contribuir voluntariamente, pode doar um agasalho, pode pensar em contribuir positivamente, da forma que for possível para ele naquele momento.

O que a gente não pode é aceitar que essas pessoas que estão em situação de rua continuem invisíveis e descartáveis para a sociedade.

Apresentador

Você falou de resultados em curto prazo, até se surpreendeu, porque o projeto tinha uma perspectiva e acabou tomando uma outra dimensão. A médio e longo prazos, o que o senhor vislumbra em relação ao que esse projeto pode trazer de benefício?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Há benefícios infindáveis. Eu acho que o projeto nasceu pensando em algo menor, hoje ele já cresceu, já se tornou realidade, vários atores passaram a integrar essa rede de solidariedade, e nossa convicção é de que ele pode muito mais.

Outras áreas do Ministério Público também, podendo se agregar ao projeto, e outras contribuições que fatalmente ocorrerão, porque é preciso olhar para essa população, que cada vez mais cresce. Estimativas dizem que, só na região metropolitana de Belo Horizonte, nós temos mais de 10 mil pessoas em situação de rua.

Então, é preciso olhar para essas pessoas, e o Ministério Público cumpre seu papel constitucional. Para o Ministério Público não há nenhum cidadão invisível, descartável, toda vida importa, e nós vamos fazer o que é possível para tutelar essas pessoas.

Apresentador

A gente está falando de defesa do meio ambiente e de defesa das pessoas, da vida. Em quais situações o cidadão pode procurar o Ministério Público para comunicar intervenções no meio ambiente que possam causar algum dano à sociedade?

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Em todas as situações. O Ministério Público, hoje, na área de meio ambiente, é demandado cotidianamente de várias formas, e isso é muito importante.

Porque quem atua hoje, os promotores e promotoras que atuam como órgão de execução na defesa do meio ambiente, têm a convicção de que o Ministério Público faz o seu papel, porque o cidadão confia no que o Ministério Público faz, então cada vez que a gente recebe uma representação, uma denúncia, uma informação de algum ato que atente contra os recursos naturais, contra o meio ambiente, nós recebemos isso com grande responsabilidade, mas também com a certeza de que cumprimos o nosso papel.

A sociedade mineira acredita no Ministério Público de Minas Gerais, porque nós temos, com certeza absoluta, grandes promotores e promotoras atuando nas suas comarcas, de maneira rigorosa, de maneira decisiva, na proteção do meio ambiente e da vida.

Apresentador

Nós conversamos com o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto, que é coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, o Caoma, e o tema deste episódio foi o projeto *Meio Ambiente Acolhe*.

Se você visitar o site do MPMG, vai encontrar informações sobre todo o projeto, tudo que já foi feito até agora. Você pode acompanhar também nas nossas redes sociais.

Queria agradecer a sua participação. Obrigado mais uma vez, e esperamos contar com o senhor aqui em outros episódios.

Carlos Eduardo Ferreira Pinto

Eu que agradeço a oportunidade de falar de um tema tão relevante. E se tornou tão gratificante para a gente falar desse projeto, que, como eu disse, traz ao Ministério Público uma nova concepção de defesa do meio ambiente e faz com que a nossa missão de cuidar seja cumprida de maneira integral.

Apresentador

Este podcast estará disponível no site do MPMG e nas principais plataformas de streaming. A gente espera você no próximo episódio do Vox. Obrigado, um abraço!